

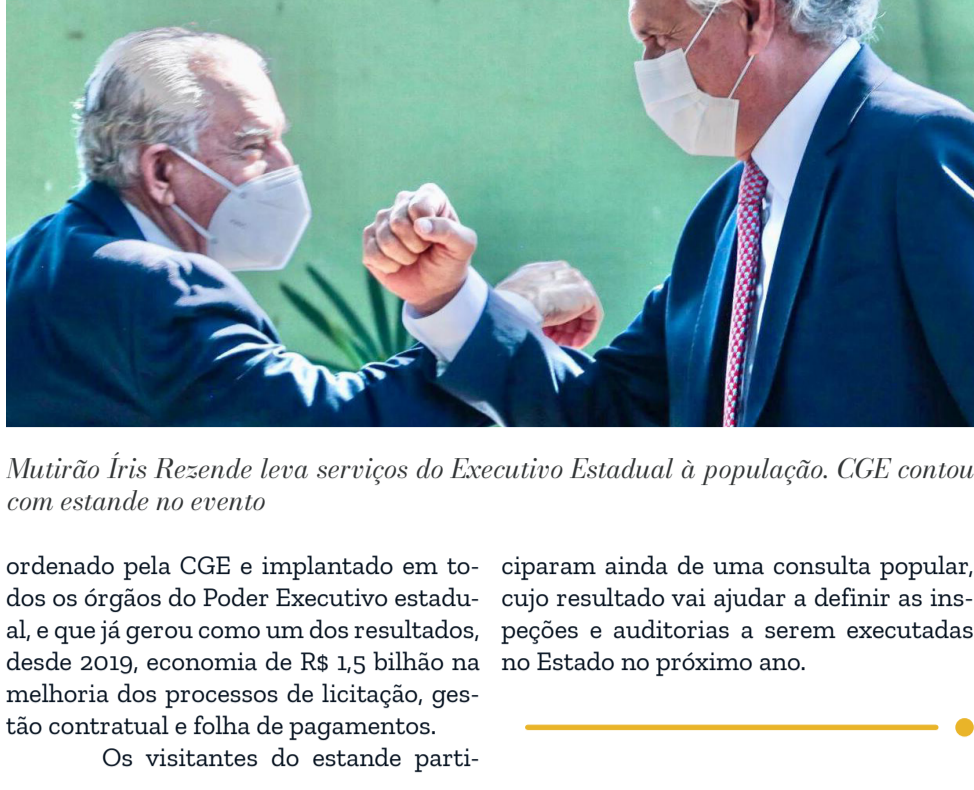
Mutirão Iris Rezende: Governo de Goiás ouve sugestões e reclamações da população por meio da Ouvidoria-Geral do Estado

A Controladoria-Geral do Estado (CGE) fez cerca de 280 atendimentos durante a realização da primeira edição do Mutirão Iris Rezende, na região noroeste de Goiânia. Foram atendimentos relativos às manifestações na Ouvidoria-Geral, pesquisa de satisfação e respostas à consulta popular sobre as áreas do governo estadual que a CGE deve fiscalizar em 2022.

Equipes da CGE realizaram uma pesquisa com cidadãos que participaram do mutirão para levantar a impressão sobre o evento, os serviços oferecidos e o resultado foi muito positivo. Foram 262 participantes: 98% afirmaram que gostaram da realização do mutirão; 88% encontraram o serviço que procurava; 94% gostaria de novas edições realizadas pelo governo de Goiás; 67% deu nota 10 para o atendimento, 12% nota 9 e 10% nota 8.

A CGE também ofertou aos participantes a possibilidade de abrir manifestações na Ouvidoria-Geral do Estado de forma presencial. Os cidadãos puderam fazer solicitações aos órgãos estaduais por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI), reclamações, denúncias, elogios e sugestões.

Foram apresentados resultados do Programa de Compliance Público (PCP), co-



Mutirão Iris Rezende leva serviços do Executivo Estadual à população. CGE contou com estando no evento

ordenado pela CGE e implantado em todos os órgãos do Poder Executivo estadual, e que já gerou como um dos resultados, desde 2019, economia de R\$ 1,5 bilhão na melhoria dos processos de licitação, gestão contratual e folha de pagamentos.

Os visitantes do estande parti-

ciparam ainda de uma consulta popular, cujo resultado vai ajudar a definir as inspeções e auditorias a serem executadas no Estado no próximo ano.

Consulta popular será um dos eixos norteadores das inspeções e auditorias a serem executadas no Estado em 2022

A Controladoria-Geral do Estado (CGE) está na fase de planejamento das ações para 2022, do Plano Operacional das Ações de Controle (Poac). O grande diferencial em relação aos anos anteriores é que, além do levantamento das demandas junto aos órgãos e entidades parceiras, há também consulta popular para que sejam definidas quais as principais áreas que deverão contar com a atuação preventiva da CGE.

Os tópicos para a consulta são todos baseados nos programas e ações do PPA 2020-2023.

O levantamento e análise dos dados oriundos da consulta se dará por meio de parceria entre a CGE e a professora

Jéssica Traghetto, da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas da Universidade Federal de Goiás (UFG).

A parceria inclui a entrega de um relatório final à equipe do Poac, com a análise dos dados quantitativos e qualitativos relativos à consulta, bem como a produção de artigos científicos sobre a experiência, por alunos que adotarão a te-

mática como trabalho final de curso.

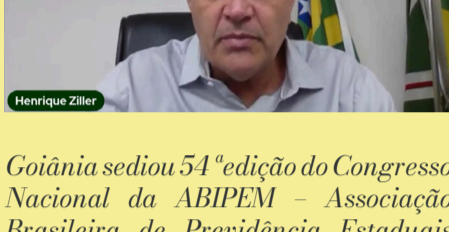
O Poac tem como objetivo o monitoramento total dos recursos orçamentários do Estado e outras formas de execução de recursos (inclusive incentivos fiscais, renúncias, captações), avaliando a qualidade e a gestão dos serviços prestados, com foco na melhoria da entrega de serviços e infraestrutura aos cidadãos goianos.

PLANO OPERACIONAL DAS AÇÕES DE CONTROLE CGE 2022

POAC 2022: Participe da consulta sobre fiscalização pública!

Planejamento das ações do Plano Operacional das Ações de Controle (Poac) para 2022 conta com consulta popular para definição de prioridades

Controlador-Geral de Goiás participa de Congresso Nacional de Previdência



Henrique Ziller

Goiânia sediou 54ª edição do Congresso Nacional da ABIPEM - Associação Brasileira de Previdência Estaduais e Municipais. Henrique Ziller foi um dos debatedores do tema "Lei Geral de Proteção de Dados e o Controle Interno"

No dia 11/11, o controlador-geral do Estado, Henrique Ziller, e o presidente da GoiásPrev, Gilvan Cândido, participaram de debate a respeito da Lei Geral de Proteção de Dados e o Controle Interno, durante a 54ª edição do Congresso Nacional da ABIPEM (Associação Brasileira de Previdência Estaduais e Municipais), realizada em Goiânia, de 10 a 12/11.

Em outubro deste ano, o Estado de Goiás, por meio da CGE e da GoiásPrev, firmou um acordo de Cooperação Técnica para a implementação da "estrutura de Controle Interno", um dos pilares do Programa Pró-Gestão, da Secretaria de Previdência do Ministério da Economia.

O Pró-Gestão é uma certificação da excelência de uso de boas práticas de gestão, destinada a atestar a qualidade e a funcionalidade de produtos, serviços, processos produtivos, dentre outros, oferecidos pela instituição. Outro objetivo é adoção de melhores práticas com maior controle de ativos e passivos, dando maior transparência no relacionamento com os segurados e a sociedade.

CGE finaliza primeira oficina sobre linguagem simples para tornar comunicação mais direta com o cidadão



1ª oficina de Linguagem Simples, realizada pela Controladoria-Geral do Estado (CGE-GO), habilita 15 servidores a trabalhar com novo método

A Controladoria-Geral do Estado (CGE) realizou, nos dias 23 e 24/11, a primeira Oficina de Escrita Simples e Amorosa. Os encontros ocorreram por meio da Escola de Governo de Goiás e os colaboradores que receberam a formação estão habilitados agora a colocar em prática

uma nova forma de comunicação direta e objetiva no órgão, além de serem multiplicadores da metodologia para as áreas nas quais eles atuam.

A proposta de se trabalhar com um Programa de Linguagem Simples e Amorosa surgiu de uma provocação do controlador-geral do Estado, Henrique Ziller, para quem o respeito e a confiança no outro devem estar na base das rela-

ções. Para Ziller, em muitos documentos oficiais é possível perceber uma linguagem ameaçadora e rebuscada. "É preciso mudar a linguagem para incentivar um novo modelo mental, construindo relações carinhosas e de respeito", garantiu.

O Programa de Linguagem Simples e Amorosa, sob a coordenação das servidoras Fernanda Marra e Vânia Cristina da Silva, faz parte das atividades do Laboratório de Inovação da CGE, o Ctr+Lab. Durante a formação, os alunos tiveram contato com os princípios e diretrizes da linguagem simples.

CGE Goiás apresenta PCP para Controladoria do Rio Grande do Norte

A Controladoria-Geral do Estado de Goiás participou de reunião com representantes da Controladoria-Geral do Rio Grande do Norte para apresentar o Programa de Compliance Público do Estado de Goiás aos servidores do órgão potiguar.

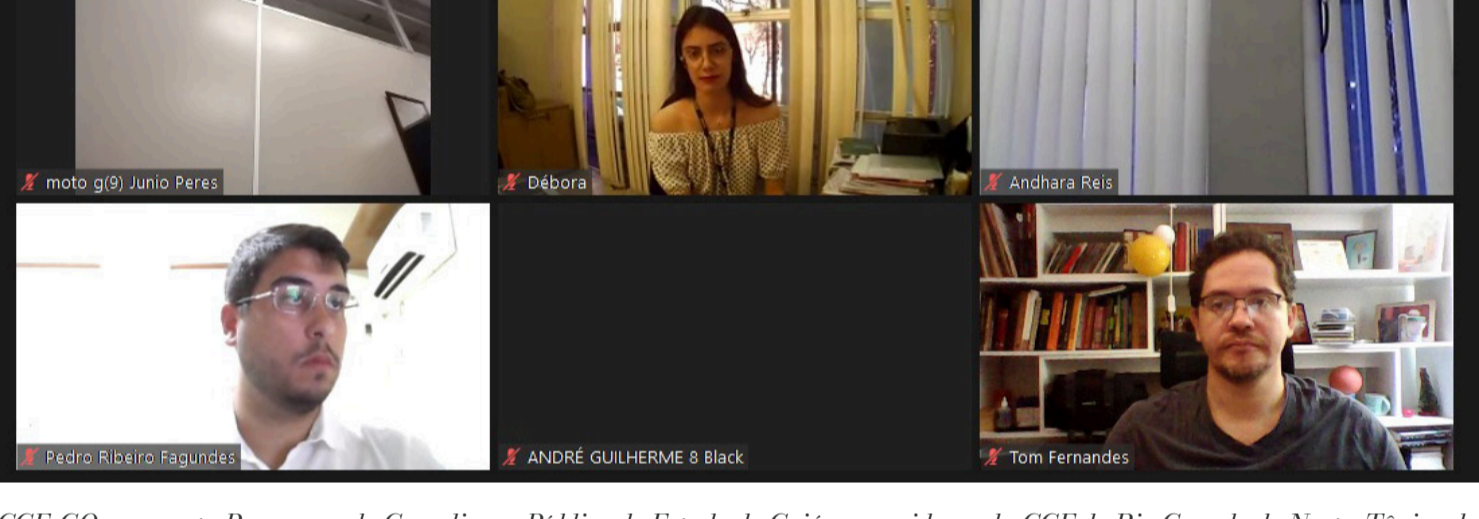
Na abertura, Pedro Lopes, controlador-geral do Rio Grande do Norte, elogiou a iniciativa goiana e acreditou que a troca de conhecimentos será muito útil para todos. O controlador-geral de Goiás, Henrique Ziller, lembrou a implementação do PCP em Goiás e parabenizou a iniciativa do órgão parceiro.

Em seguida, o superintendente da Superintendência de Auditoria da Controladoria-Geral de Goiás, Luis Henrique Crispim, apresentou a estrutura do PCP em Goiás, sua implementação em todos os órgãos estaduais e os excelentes resultados obtidos desde o começo do programa em termos de melhoria da gestão e da economia de recursos financeiros.

Além disso, Crispim e Ziller responderam às dúvidas dos participantes da reunião. A reunião faz parte das iniciativas da CGE Goiás em busca de disseminar

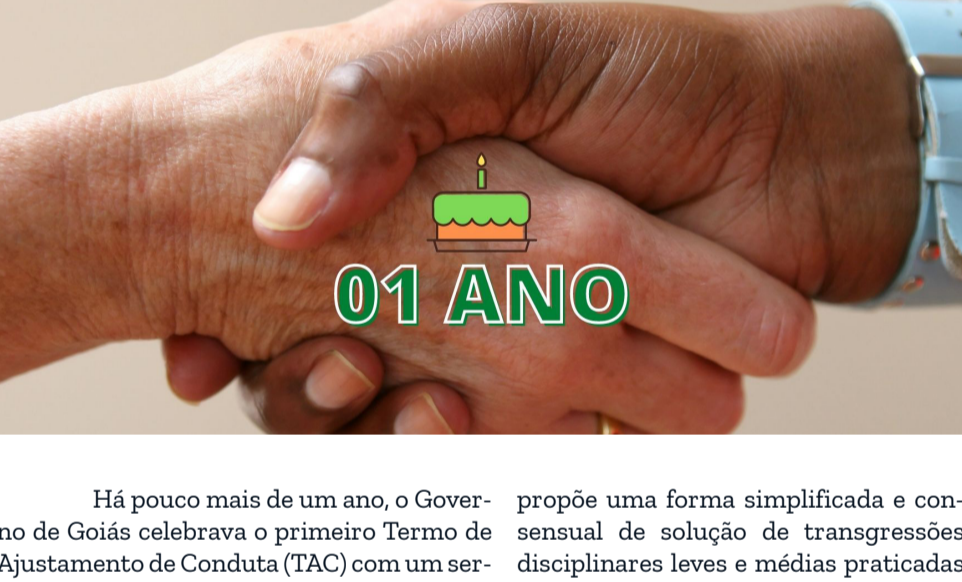
a cultura de compliance em todos os estados do país.

Em 2019, 21 órgãos e entidades receberam a consultoria da CGE. Em 2020, foram incluídos 17 órgãos e entidades, totalizando 38 pastas que contaram com a consultoria da CGE. Em 2021, foram incluídas mais sete pastas, totalizando 45 órgãos que participarão do Ranking PCP deste ano, conforme portaria 44/2021, que instituiu o ranking para o exercício.



CGE GO apresenta Programa de Compliance Público de Goiás a servidores da CGE do Rio Grande do Norte. Tônica do evento foi de parceria e troca de experiências

Termo de Ajustamento de Conduta completa um ano e investe na resolução consensual de conflitos



Há pouco mais de um ano, o Governo de Goiás celebra o primeiro Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com um servidor público estadual, lotado na Secretaria de Economia. Desde então, a administração estadual celebrou 41 TACs, o que representa uma economia de R\$ 4,1 milhões aos cofres públicos, se for considerado o custo médio de um processo disciplinar para o poder público. A Secretaria de Economia é também a que mais realizou esse modelo de resolução de conflitos, com 20 TACs celebrados.

Segundo o superintendente de Correição Administrativa da Controladoria-Geral do Estado (CGE), Bruno Mendes, o TAC é um instrumento previsto no novo Estatuto dos Servidores Públicos do Estado de Goiás, que entrou em vigor em 2020. Ele

propõe uma forma simplificada e consensual de resolução de conflitos disciplinares leves e médias praticadas por servidores, cujas penas seriam advertência ou suspensão de até 30 dias.

O objetivo é se buscar uma ação consensual, segundo orientação da CGE aos órgãos estaduais, é dar tratamento mais humanizado aos servidores que cometam infrações disciplinares de menor gravidade. Na maioria desses casos, a apuração pelo processo disciplinar, além de ser tornada mais onerosa que o benefício obtido, pode acarretar desgaste e sofrimento ao servidor envolvido.

CGE realiza visita técnica à Corregedoria Setorial da SEDS



Equipe de correção da CGE-GO visita Corregedoria Setorial da Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS)

O superintendente de Correição Administrativa da Controladoria-Geral do Estado (CGE-GO), Bruno Mendes, e o gerente de Resolução Consensual de Conflitos, Luis Fernando Carregal, visitaram no dia 8/11, a Corregedoria Setorial da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDS). A visita teve o propósito de conhecer de perto a realidade do órgão e os desafios enfrentados pelos servidores que atuam no setor, de modo a poder contribuir para o fortalecimento da unidade correitoral.

As ações reforçadas ou implementadas pela CGE para otimizar a gestão contratual em Goiás estão alinhadas com as diretrizes do governo de Ronaldo Caiado, que visa uma administração transparente, proba, eficiente e com resultados efetivos à sociedade. Para o governador, é essencial que toda a equipe de governo trabalhe para combater os desvios de conduta e a corrupção, preze pela regularidade dos gastos públicos e vise a melhoria dos serviços e da infraestrutura entregues ao povo goiano.

Ouvidoria da CGE recebe integrantes da Ouvidoria da Mulher do TRE-GO

A Superintendência de Participação Cidadã da Controladoria-Geral do Estado (CGE) recebeu a visita do juiz e ouvidor do TRE-GO, Márcio Moraes, juntamente com a oficial de Gabinete, Maria Cecília Carmo, para uma conversa sobre a Ouvidoria da Mulher, implantada no Tribunal. A Ouvidoria da Mulher do TRE-GO é um canal exclusivo para receber adequadamente denúncias e pode ser acessado por mulheres vítimas de assédio ou discriminação - se-

jam elas magistradas e promotoras, advogadas, estagiárias, servidoras ou eleitoras.

Além de integrantes da superintendência de Participação Cidadã da CGE, também participaram da reunião servidores da Superintendência de Correição Administrativa. Márcio Moraes apresentou o contexto e a atuação dessa ouvidoria especializada, dando sobre a forma de tratamento das denúncias e o processo

de mediação e conciliação, esclarecendo importantes dúvidas sobre o assunto.

Moraes, que também é presidente da Comissão de Enfrentamento ao Assédio do TRE-GO, resalta que, infelizmente, a violência contra a mulher continua sendo uma demanda presente que precisa ser combatida com veemência. Daí a necessidade de se criar um canal de denúncia que ofereça mais conforto para a denunciante.



Superintendência de Participação Cidadã da Controladoria-Geral do Estado (CGE) recebe visita de integrantes da Ouvidoria da Mulher, implantada no Tribunal Regional Eleitoral de Goiás

Artigo de case de sucesso da CGE-GO é publicado em livro do Conselho Nacional de Controle Interno

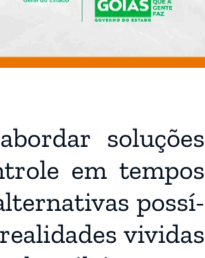
Durante a XVII edição do Encontro Nacional de Controle Interno, realizado em Curitiba (PR), o Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci) lançou o livro "Controle Interno Contemporâneo", fruto dos artigos vencedores do último concurso de artigos científicos do órgão, reunindo material inovador de quem atua na área. E um trabalho da Controladoria-Geral do Estado de Goiás (CGE-GO) foi selecionado para integrar o livro.

O controlador-geral de Goiás, Henrique Ziller, e Antônio Fábio Jubé Ribeiro, chefe da Assessoria de Harmonização e Gestão Estratégica da CGE, tiveram o artigo "A estruturação da auditoria e da inspeção no órgão central do sistema de controle interno: o modelo da Controladoria-Geral do Estado de Goiás" como um dos 21 publicados na obra.

O obra trata, ao longo de vinte páginas, da atividade de controle na administração pública e o sistema de controle interno, define o Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (IA-CM) e as Três Linhas como referências para o sistema de controle interno na CGE Goiás, além de explicitar

Artigo de case de sucesso da CGE-GO é publicado em livro do Conselho Nacional de Controle Interno

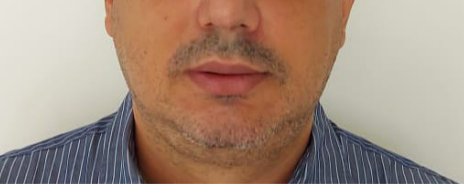
O controlador-geral de Goiás, Henrique Ziller, e Antônio Fábio Jubé Ribeiro, chefe da Assessoria de Harmonização e Gestão Estratégica da CGE, tiveram o artigo "A estruturação da auditoria e da inspeção no órgão central do sistema de controle interno: o modelo da Controladoria-Geral do Estado de Goiás"



o posicionamento da CGE na terceira linha de atuação e descobrir sobre o enfrentamento da questão inspeção x auditoria e a institucionalização do modelo.

Misturando artigos teóricos e práticos, a obra "Controle interno contemporâneo" busca, em 21 capítulos, contribuir para o avanço da administração

pública brasileira ao abordar soluções para a atuação do controle em tempos difíceis, apresentando alternativas possíveis para as diferentes realidades vividas nos estados e municípios brasileiros.



Por Djalma Resende Júnior

A adequada gestão e fiscalização de contratos contribui para o resultado esperado da contratação, para que o interesse público seja garantido, além de evitar fraudes e prejuízos da administração pública e o Governo de Goiás tem avançado nessa área.

Goiás conta com diversas ações desenvolvidas pelos órgãos estaduais sobre esse tema. Na Controladoria-Geral do Estado (CGE), o qual compete atuar na êtica e na melhoria da gestão por meio do controle interno e do controle social, o trabalho tem surtido bons resultados.

Na área de gestão de contratos, a CGE tem buscado melhorias constantes, como disseminação de boas práticas, levantamento de fragilidades e sugestão de

Gestão eficiente dos contratos em Goiás

ações que contribuam para a melhoria do desempenho das atividades dos gestores de contratos nos órgãos estaduais, bem como alertar acerca de desdobramentos provenientes da fiscalização e da gestão contratual inadequada.

Além de continuar a atuação na fiscalização de processos de licitação realizados pelos órgãos e entidades do Executivo Estadual e de prestar a consultoria do Programa de Compliance Público de Goiás, a CGE criou em sua estrutura, no final de 2020, o Grupo Especial de Auditoria e Inspeção de Contratos (Geaic).

O Geaic é integrado por gestores de Finanças e Controle do órgão, com o objetivo de acompanhar a gestão, a fiscalização e a execução dos contratos relevantes do Estado para agregar valor à administração e evitar irregularidades e prejuízos financeiros.

Desde a criação, o Geaic inspecionou mais de R\$ 850 milhões em contratos do Governo de Goiás e essas inspeções resultaram na emissão, aos órgãos, de Informativos de Ação de Controle e de Solicitações de Ação Corretiva, que possibilitam a melhoria significativa na gestão dos contratos.

Com esse trabalho, a equipe do Geaic conseguiu identificar os principais problemas e sugerir medidas a serem tomadas na gestão e fiscalização contratual

al, que são apresentados aos gestores de contratos e resultaram na produção de um guia com dicas e conceitos que auxiliam na atuação dos servidores.

Também realizou em agosto o 1º Seminário de Gestão e Fiscalização Contratual, que contou com participação significativa dos servidores, no qual foram certificados mais de 870 participantes, o que demonstra a importância do tema.

As ações reforçadas ou implementadas pela CGE para otimizar a gestão contratual em Goiás estão alinhadas com as diretrizes do governo de Ronaldo Caiado, que visa uma administração transparente, proba, eficiente e com resultados efetivos à sociedade. Para o governador, é essencial que toda a equipe de governo trabalhe para combater os desvios de conduta e a corrupção, preze pela regularidade dos gastos públicos e vise a melhoria dos serviços e da infraestrutura entregues ao povo goiano.

Djalma Resende Júnior é coordenador do Geaic, chefe da Assessoria de Auditoria e Inspeção de Contratos da Controladoria-Geral do Estado de Goiás.

EXPEDIENTE

Edição: Rodrigo Nunes Leles Textos: Comunicação Setorial da CGE
Identidade visual e diagramação: Maria Luz Carvalho